

Paranaguá
Saneamento
S/A.
(anteriormente denominada
Águas de Paranaguá S/A.)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650, Fax +55 (16) 3323-6651
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da Paranaguá Saneamento S.A.
(anteriormente denominada CAB Águas de Paranaguá S.A.)
Paranaguá - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Paranaguá Saneamento S.A. (anteriormente denominada CAB Águas de Paranaguá S.A.) ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paranaguá Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 11.209 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 159.402 mil. Esses eventos e condições, juntamente com o fato de ter havido desaceleração de investimentos da Companhia em decorrência da limitação de recursos financeiros da Companhia e de sua controladora e de a Companhia estar sujeita ao risco de liquidez do Grupo Igua Saneamento S.A. (anteriormente denominada Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental), caso a controladora venha requerer recursos da Companhia para operacionalizar o Grupo como um todo. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade da Administração do Grupo de executar os planos de negócio aprovados conforme descrito na referida nota explicativa. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 22 de junho de 2017 emitimos relatório de auditoria com abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais da Paranaguá Saneamento S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 2 – Reapresentação das demonstrações financeiras, as referidas demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas para considerar os eventos ocorridos entre a data de aprovação original das demonstrações financeiras anteriormente emitidas até a data de aprovação dessas novas demonstrações financeiras, em especial, sobre a conclusão das operações previstas no Acordo de Investimento e Outras Avenças que incluiu a alteração do controle acionário da controladora da Companhia, a consolidação dos planos da controladora da Companhia com vistas à reversão da sua situação patrimonial e financeira que consideram, dentre outros, a obtenção de recursos junto aos acionistas, a readequação do perfil das dívidas, a obtenção de *waiver* para o contrato de empréstimos e financiamentos, conforme notas explicativas nº 1 – Contexto Operacional e nº 28 – Eventos Subsequentes. Consequentemente, a modificação contida no relatório originalmente emitido que conduziu à uma abstenção de opinião devido a impossibilidade de concluir se a utilização do pressuposto de continuidade operacional na elaboração daquelas demonstrações financeiras era apropriado não é mais necessária e, portanto, nosso relatório sobre as demonstrações financeiras está sendo reemitido sem modificação e substitui o anteriormente emitido. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

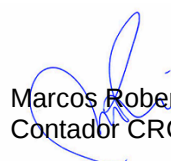
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 29 de setembro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

Paranaguá Saneamento S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	2.970	951	Fornecedores e outras contas a pagar	14	5.926	7.300
Outros investimentos	10	1.610	731	Empréstimos e financiamentos	15	163.250	137.047
Contas a receber e outros recebíveis	11	7.609	9.839	Provisões e encargos trabalhistas	16	2.218	1.521
Estoques		418	318	Obrigações fiscais		944	900
Impostos e contribuições a recuperar		163	204				
Despesas antecipadas		166	375				
				Total do passivo circulante		172.338	146.768
Total do ativo circulante		12.936	12.418				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	15	15.643	19.332
Contas a receber e outros recebíveis	11	7	7	Provisão para contingências	17	265	149
Depósitos judiciais		993	1.029				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	6.594	854	Total do passivo não circulante		15.908	19.481
Total do realizável a longo prazo		7.594	1.890	Patrimônio líquido	18		
				Capital social		28.236	28.236
Imobilizado	12	1.369	1.641	Prejuízos acumulados		(11.830)	(621)
Intangível	13	182.753	177.915				
				Total do patrimônio líquido		16.406	27.615
Total do ativo não circulante		191.716	181.446				
				Total do passivo		188.246	166.249
Total do ativo		204.652	193.864				
				Total do passivo e patrimônio líquido		204.652	193.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	22	65.944	61.999
Custo dos serviços prestados	23	<u>(34.795)</u>	<u>(33.238)</u>
Lucro Bruto		<u>31.149</u>	<u>28.761</u>
Despesas operacionais			
Comerciais	23	(4.049)	(3.301)
Administrativas e gerais	23	(15.129)	(14.380)
Outras receitas		<u>1</u>	<u>308</u>
		(19.177)	(17.373)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>11.972</u>	<u>11.388</u>
Receitas financeiras	24	1.676	1.647
Despesas financeiras	24	<u>(30.597)</u>	<u>(19.606)</u>
Despesas financeiras líquidas	24	(28.921)	(17.959)
Resultado antes dos impostos		<u>(16.949)</u>	<u>(6.571)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	<u>5.740</u>	<u>2.225</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(11.209)</u>	<u>(4.346)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Prejuízo líquido do exercício	<u>(11.209)</u>	<u>(4.346)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(11.209)</u></u>	<u><u>(4.346)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2015		24.635	186	3.539	-	28.360
Aumento de capital		3.601	-	-	-	3.601
Prejuízo do exercício		-	-	-	(4.346)	(4.346)
Compensação do prejuízo do exercício		-	(186)	(3.539)	3.725	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	18	28.236	-	-	(621)	27.615
Prejuízo do exercício		-	-	-	(11.209)	(11.209)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	18	28.236	-	-	(11.830)	16.406

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(11.209)	(4.346)
Ajustes para:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.758	1.285
Depreciação e amortização	9.693	10.041
Resultado na venda de imobilizado	37	432
Provisão para contingências	116	(156)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.740)	(2.225)
Juros sobre atualização de clientes e outros investimentos	(1.384)	(1.444)
Margem de intangível de concessão	-	(213)
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos	27.979	17.285
	21.250	20.659
Variações em:		
Redução em contas a receber e outros recebíveis	1.856	140
(Aumento) redução em estoques	(100)	72
Redução em impostos e contribuições a recuperar	41	553
Redução (aumento) em despesas antecipadas	209	(211)
Redução (aumento) em depósitos judiciais	36	(24)
(Redução) em fornecedores e outras contas a pagar	(1.374)	(1.284)
Aumento em provisões e encargos trabalhistas	697	249
Aumento em obrigações fiscais	44	334
	22.659	20.488
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(13.392)	(12.419)
Fluxo de caixa (usado nas) proveniente das atividades operacionais	9.267	8.069
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	(173)	(552)
Aquisições de ativo intangível	(14.123)	(13.399)
Outros investimentos	(879)	(215)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	(15.175)	(14.166)
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	89.950	167.257
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(82.023)	(161.271)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos	7.927	5.986
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	2.019	(111)
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	951	1.062
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	2.970	951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia, localizada na Avenida Vieira dos Santos, nº 333 na cidade de Paranaguá - estado do Paraná, tem como objeto social a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário, compreendendo a captação de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação e manutenção, além da coleta, tratamento e exploração de esgotos, podendo, ainda, participar em outras sociedades, como acionistas ou quotistas, observando o artigo 211 da constituição do Estado do Paraná. A Paranaguá Saneamento S.A. iniciou suas atividades em março de 1997, com a assinatura do contrato de subconcessão da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e esgotos sanitários no perímetro urbano da cidade de Paranaguá no estado do Paraná. Em maio de 2008, o controle foi adquirido pela Iguá Saneamento S.A., juntamente com o contrato de subconcessão.

O prazo original da subconcessão era de 1996 à 2025, entretanto, em 30 de novembro de 2011, foi celebrado o décimo quarto termo aditivo ao Contrato de Subconcessão, no qual o prazo do contrato ficou aditado em mais 240 (duzentos e quarenta) meses a partir da data original de expiração. Considerando o aditivo, o encerramento da subconcessão será em 2045.

A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos e consequentemente cumprir as metas contratuais. Em decorrência da situação econômica financeira da Companhia, houve desaceleração de alguns projetos e programas de eficiência operacional, bem como o alongamento de alguns investimentos, sendo mantidos os recursos necessários para preservação do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 11.209 e o passivo circulante da Companhia superou o total do ativo circulante em R\$ 159.402.

Para garantir a continuidade operacional, a Companhia espera retomar os investimentos já neste exercício, pois em 20 de julho de 2017 a controladora Iguá Saneamento S.A. concluiu todos os atos do fechamento previsto no Acordo de Investimentos e Outras Avenças, firmado em 17 de novembro de 2016 com seus acionistas Galvão Participações S.A. (em recuperação judicial) e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, juntamente com o Banco Votorantim S.A. e a RKP BRL Investments I LLC, sendo efetivadas as operações:

- a) A controladora (i) alterou a razão social de Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental para Iguá Saneamento S.A.; (ii) aumentou o capital social no montante de R\$ 255.915, sendo R\$ 185.915 mediante capitalização dos créditos relativos às cédulas de crédito e debêntures da controladora detidos pela Iguá Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, no valor total de R\$ 102.682 e R\$ 83.233 respectivamente, na data base 31 de outubro de 2016, e R\$ 70.000 em moeda

corrente; (iii) passou a ser controlada pela Iguá Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia;

- b)** A Companhia: (i) celebrou em 19 de maio de 2017 termo de aditamento ao capital de giro junto ao Itaú Unibanco S.A., prorrogando o vencimento da dívida para pagamentos intermediários de juros limitados a R\$ 500 a se realizar em 21 de maio de 2018 e 21 de novembro de 2018 e liquidação do saldo devedor total em 21 de maio de 2019 e, alterou a garantia que passa a ser prestada pela controladora Iguá Saneamento S.A. na qualidade de co-devedora da dívida, passando a responder solidariamente por todas as obrigações assumidas; (ii) emitiu cédula de crédito ponte junto ao Banco Bradesco S.A. em 04 de julho de 2017 no montante de R\$ 24.500, pelo prazo de 62 dias e juros remuneratórios de 100% do CDI; e (iii) emitiu em 04 de setembro de 2017, 140.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R\$ 140.000 e valor nominal de R\$ 1, observado que o montante de R\$ 137.000 será colocado sob o regime de garantia firme de colocação e o montante de R\$ 3.000 será colocado sob o regime de melhores esforços de colocação, com prazo de vencimento de 96 meses contados da data de emissão, com carência de principal de 3 anos e de juros de 2 anos e pagamentos semestrais a partir do final do período de carência e taxa de juros remuneratórios correspondente a 100% do CDI na base 252 dias úteis, acrescida exponencialmente de um *spread* de 3% ao ano. Os recursos líquidos captados foram utilizados para pagamento das notas promissórias bem como da célula de crédito bancário emitidas pela Companhia.
- c)** Reperfilamento das dívidas do Grupo, restabelecendo a liquidez de curto prazo.

A Companhia entende que suas operações, atreladas às premissas acima mencionadas, serão suficientes para gerar caixa positivo e cumprir com todas as obrigações contratuais e financeiras para os próximos doze meses e que após a efetivação do acordo de investimento, retomará o crédito, podendo consequentemente prosseguir com os projetos de eficiência operacional, inovação e modernidade de gestão, bem como realizar novos investimentos.

O exercício social da Companhia encerra em 31 de dezembro de cada ano.

2 Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, originalmente emitidas em 22 de junho de 2017, estão sendo reapresentadas para considerar os eventos ocorridos entre a data de aprovação original das demonstrações financeiras anteriormente emitidas até a data de aprovação dessas novas demonstrações financeiras, em especial, sobre a conclusão das operações previstas no Acordo de Investimento e Outras Avenças que incluiu a alteração do controle acionário da controladora da Companhia, a consolidação dos planos da controladora da Companhia com vistas à reversão da sua situação patrimonial e financeira que consideram, dentre outros, a obtenção de recursos junto aos acionistas, a readequação do perfil das dívidas, a obtenção de *waiver* para o contrato de empréstimo e financiamento, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 – Contexto Operacional e 28 – Eventos Subsequentes.

3 Base de apresentação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 29 de setembro de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 13 - vida útil do ativo intangível resultante do contrato de concessão;
- Nota explicativa nº 15 - classificação de arrendamento mercantil;
- Nota explicativa nº 17 - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa nº 21 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa nº 20 - instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

(i) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas como contas a receber de clientes/ receita operacional com base em estimativas mensais dos serviços completados.

(ii) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

(iii) Contratos de concessão de serviços e construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob um contrato de concessão de serviços é reconhecida de acordo com o CPC 17 (R1) Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC).

A Companhia é remunerada pelos usuários dos serviços públicos e portanto, a receita é determinada mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada e aplicada até 2015 foi de 1,78%. A partir de 2015, mediante revisão do plano de negócio, a Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência e está diretamente relacionada ao respectivo ativo intangível formado.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

b. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras e outros investimentos;
- juros sobre atualização de contas a receber de clientes e de impostos a recuperar;
- descontos obtidos;
- despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos; e
- outras despesas financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de

demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Ativos intangíveis

(i) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Companhia, porque o contrato de concessão não transfere o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo estes revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se a Companhia presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a um direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto nos contratos de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção e custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

A amortização é efetuada linearmente durante o prazo da concessão e não excede os prazos de concessão.

(ii) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. As vidas úteis estão descritas na nota explicativa nº 13.

h. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela

Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

i. Capital social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

j. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/ recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor

contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2016.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

l. Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2016 com relação a este assunto.

m. Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

(ii) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado

por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

(iii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

n. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos da captação de recursos de terceiros são capitalizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmio na Emissão de Títulos e Valores Imobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

o. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 5(a)).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Para atender os novos requerimentos de divulgação, a Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

a. Contratos de Construção

A receita contratual inclui atualmente o valor inicial acordado no contrato mais quaisquer alterações no trabalho contratado e adições/exclusões por reequilíbrios acordados entre as partes, à medida em que seja provável que resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Quando um reequilíbrio ou alteração é reconhecida, a medição do progresso do contrato ou do preço do contrato é revisada e a posição acumulada do contrato é reavaliada em cada período de relatório.

Segundo a IFRS 15, pleitos e alterações serão incluídas na contabilização do contrato quando aprovados.

b. Transição

A Companhia adotará a IFRS 15 em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e pretende utilizar a abordagem retrospectiva. Como resultado, a Companhia aplicará todos os requerimentos da IFRS 15 a cada período comparativo apresentando ajustando suas demonstrações financeiras anteriormente apresentadas.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

(i) Classificação - Ativos financeiros

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(ii) Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e

ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

(iii) Classificação - Passivos financeiros

A IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

(iv) Divulgações

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre o risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas e processos atuais e a Companhia planeja implementar mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

(v) Transições

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1 de janeiro de 2018.
- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
 - o A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
 - o A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.

Outras alterações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que

divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

9 Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil nas notas explicativas 7 (h).

	2016	2015
Caixa	4	5
Saldo bancário	2.966	554
Aplicações financeiras	-	392
Total	2.970	951

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimentos com remuneração média anual atrelada ao CDI de 12,77% em 31 de dezembro de 2015 e com previsibilidade de resgate imediato.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa nº 20.

10 Outros investimentos

Outros investimentos referem-se a fundos de investimentos e em 31 de dezembro de 2016 a rentabilidade média anual atrelada ao CDI foi de 13,29% (12,72% em 31 de dezembro de 2015). Possuem vencimento de 1 a 7 anos, com previsibilidade de resgate imediato.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a outros investimentos estão incluídas na nota explicativa nº 20.

11 Contas a receber e outros recebíveis

Veja política contábil nas notas explicativas 7 (h).

	Nota	2016	2015
Contas a receber		7.257	9.584
Adiantamentos		88	17
Partes relacionadas - operações mensais	25	107	81
Outros		164	164
Total		7.616	9.846
Ativo circulante		7.609	9.839
Ativo não circulante		7	7

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito, de mercado, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao

contas a receber e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa nº 20.

12 Imobilizado

Veja política contábil nas notas explicativas 7 (f).

a. Conciliação do valor contábil

Custo	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	183	871	697	1.826	3.577
Adições	17	33	35	467	552
Baixas	-	-	-	(497)	(497)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	200	904	732	1.796	3.632
Adições	11	16	131	15	173
Saldo em 31 de dezembro de 2016	211	920	863	1.811	3.805
Depreciação					
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(83)	(515)	(483)	(422)	(1.503)
Adições	(17)	(53)	(100)	(383)	(553)
Baixas	-	-	-	65	65
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(100)	(568)	(583)	(740)	(1.991)
Adições	(20)	(65)	(75)	(285)	(445)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(120)	(633)	(658)	(1.025)	(2.436)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2015	100	336	149	1.056	1.641
Em 31 de dezembro de 2016	91	287	205	786	1.369

b. Provisão para redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, considerando variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados entre outros.

O resultado de tal avaliação não apontou necessidade de provisão para redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2016.

13 Intangível

Veja política contábil nas notas explicativas 7 (g).

a. Conciliação do valor contábil

	Intangível ICPC 01 (R1)			
Custo	(i)	Concessão (ii)	Software	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	176.303	39.549	167	216.019
Adições	13.596	-	16	13.612
Saldo em 31 de dezembro de 2015	189.899	39.549	183	229.631
Adições	13.963	-	160	14.123
Baixa	(37)	-	-	(37)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	203.825	39.549	343	243.717
Amortização				
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(36.038)	(6.097)	(93)	(42.228)
Adições	(8.369)	(1.091)	(28)	(9.488)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(44.407)	(7.188)	(121)	(51.716)
Adições	(8.127)	(1.091)	(30)	(9.248)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(52.534)	(8.279)	(151)	(60.964)
Valor líquido contábil				
Em 31 de dezembro de 2015	145.492	32.361	62	177.915
Em 31 de dezembro de 2016	151.291	31.270	192	182.753

(i) Intangível ICPC 01 (R1)

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2015		2016	
		Custo	Adições	Baixa	Custo
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5,44	69.176	2	-	69.178
Rede de Esgoto	4,08	99.950	2.025	-	104.613
Rede de Água	4,29	17.217	2.012	(18)	20.155
Máquinas, aparelhos e equipamentos	17,68	1.059	50	(19)	1.090
Obras em andamento		91	9.874	-	6.383
Custo de empréstimos	5,00	1.553	-	-	1.553
Outros		853	-	-	853
Total		189.899	13.963	(37)	203.825

(*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.

(ii) Concessão

Refere-se ao direito de exploração de contrato de concessão adquirido de terceiro. O laudo de avaliação foi desenvolvido considerando as metodologias específicas de avaliação estabelecidas pela empresa especializada independente e premissas definidas e fornecidas pela Companhia, considerando projeções de receitas e despesas, conforme apresentado a seguir:

Intangível de concessão	Prazo final da concessão	Prazo remanescente - anos	Custo contábil	Amortização	Saldo líquido	
					2016	2015
Paranaguá Saneamento S.A.	2045	29	39.549	(8.279)	31.270	32.361

A seguir detalhamos o valor do intangível de aquisição de concessão registrado pela Companhia:

- a) Em maio de 2008, a CAB Paranaguá S.A. adquiriu 100% das ações representativas do capital da Companhia Águaspar S.A., na qual possuía a quase totalidade das ações da Paranaguá Saneamento S.A., com exceção de 4 (quatro) ações preferenciais pertencentes aos membros do Conselho de Administração da Paranaguá Saneamento S.A., pelo valor de R\$ 59.133, tendo apurado uma mais valia pelo direito de exploração da concessão no valor de R\$ 39.549 conforme estudo efetuado por empresa especializada.

Por meio de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da CAB Paranaguá S.A. pela Águaspar S.A. e, posteriormente, a incorporação da Águaspar S.A. pela Paranaguá Saneamento S.A., e a mais valia (concessão), gerada na aquisição desse investimento, foi classificada no ativo intangível. A Companhia está amortizando este intangível linearmente pelo prazo da concessão.

b. Amortização

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.

c. Teste por redução ao valor recuperável

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2016.

14 Fornecedores e outras contas a pagar

Veja política contábil nas notas explicativas 7 (h).

	Nota	2016	2015
Fornecedores diversos		4.517	5.518
Partes relacionadas - operações mensais	25	654	1.142
Adiantamentos		137	173
Outras contas a pagar		618	467
Total		5.926	7.300

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 20.

15 Empréstimos e financiamentos

Veja política contábil nas notas explicativas 7 (h).

Linha de Crédito	Nota	Indexador	Juros		Vencimento	2016	2015
			médios a.a. (%)				
BNDES - parte relacionada	25	TJLP	9,64		2017 a 2024	19.799	23.409
Nota promissória		CDI	17,50		2016	105.662	86.221
Capital de Giro		CDI	16,00		2017	21.065	14.799
Leasing			15,00		2017 a 2018	121	222
Conta corrente - partes relacionadas	25					32.489	32.050
(-) Custo de transação						(243)	(322)
Total						178.893	156.379
Passivo circulante						163.250	137.047
Passivo não circulante						15.643	19.332

Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez, mensuração do valor justo e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja nota explicativa nº 20.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

O financiamento concedido pelo BNDES é garantido por fiança bancária.

A nota promissória é garantida mediante aval da controladora Iguá Saneamento S.A. em montante equivalente a 100% da dívida e por garantias reais sobre 100% dos direitos creditórios de titularidade da Companhia ou por meio de penhor de suas ações.

No contrato de capital de giro a parte relacionada Galvão Engenharia S/A. - em recuperação judicial é codevedora fiadora.

No contrato de *leasing*, a controladora Iguá Saneamento S.A. é devedora solidária e responsável juntamente com a Companhia pelo cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principal e acessórias.

Em 19 de maio de 2017, foi firmado termo aditivo ao capital de giro prorrogando o vencimento para 21 de maio de 2019, conforme mencionado na nota explicativa nº 28 - eventos subsequentes.

Em 04 de julho de 2017, foi emitida cédula de crédito ponte junto ao Banco Bradesco S.A. pela Companhia no montante de R\$ 24.500, pelo prazo de 62 dias e juros remuneratórios de 100% do CDI, a ser liquidada mediante emissão de debêntures, conforme mencionado na nota explicativa nº 28 – eventos subsequentes

Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2016	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 95 meses
BNDES	19.799	3.999	3.934	3.934	3.934	3.934	64
Nota promissória	105.662	105.662	-	-	-	-	-
Capital de Giro	21.065	21.065	-	-	-	-	-
Leasing	121	101	20	-	-	-	-
Conta corrente - partes relacionadas	32.489	32.489	-	-	-	-	-

31 de dezembro de 2015	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 107 meses
BNDES	23.409	3.955	3.879	3.878	3.878	3.878	3.941
Nota promissória	86.221	86.221	-	-	-	-	-
Capital de giro	14.799	14.799	-	-	-	-	-
Leasing	222	101	101	20	-	-	-
Conta corrente - partes relacionadas	32.050	32.050	-	-	-	-	-

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

No início do contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia incorreu em R\$ 717 de custos de transação, cujo saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 243 (R\$ 322 em 31 de dezembro de 2015). Decorrente desse custo de transação a taxa efetiva de juros do período, do contrato de financiamento é de 8,39% a.a. em 31 de dezembro de 2016 idêntico em 31 de dezembro de 2015.

A seguir é apresentado o montante de custos de transação registrado em financiamentos, a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

31 de dezembro de 2016	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 95 meses
Financiamentos	243	66	53	39	28	23	34

31 de dezembro de 2015	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 107 meses
Financiamentos	322	79	67	53	39	28	56

Quebra e restabelecimento de cláusulas contratuais (covenants)

A Galvão Engenharia S/A. (em recuperação judicial), codevedora fiadora em financiamento de capital de giro realizado pela controlada Paranaguá Saneamento S.A., não cumpriu as obrigações financeiras previstas nas cláusulas restritivas do respectivo contrato mantendo o saldo da dívida no passivo circulante. Não houve manifestação por parte do agente financiador até 31 de dezembro de 2016.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 28 - eventos subsequentes, conforme termo aditivo ao capital de giro, as partes decidiram excluir a co-devedora Galvão Engenharia S/A. (em recuperação judicial) ficando a controladora mantida como co-devedora desta dívida a partir de 19 de maio de 2017, restabelecendo o cumprimento da referida obrigação contratual.

16 Provisões e encargos trabalhistas

	2016	2015
Salários e ordenados	1.110	375
Provisão de férias	896	924
Encargos sociais	212	222
Total	2.218	1.521

17 Provisão para contingências

A Companhia, baseadas na opinião de seus consultores jurídicos externos, avaliam as probabilidades de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, ambientais, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

A Companhia considera existir riscos efetivos e registrou em 31 de dezembro de 2016 provisão no valor de R\$ 265 (R\$ 149 em 31 de dezembro de 2015).

	Cíveis e trabalhistas	
	2016	2015
Saldo inicial	149	305
Adições	222	-
Reversões	(106)	(156)
Saldo final	265	149

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza cível, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 11.456 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 29.933 em 31 de dezembro de 2015), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

18 Patrimônio líquido

Veja política contábil nas notas explicativas 7 (i).

a. Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 está representado por 28.236.154 ações ordinárias nominativas (idêntico em 31 de dezembro de 2015), pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em % de participação	
	2016	2015
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

b. Natureza e propósito das reservas

(i) Reservas de lucros

- Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva de retenção de lucros

É destinada, quando aplicável, para investimentos previstos no orçamento de capital para manutenção/melhoria do sistema de esgotamento sanitário, conforme determinado em assembleia geral ordinária e extraordinária.

19 Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2016	2015
Total do passivo	188.246	166.249
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.970)	(951)
(=) Passivo líquido (A)	185.276	165.298
 Total do patrimônio líquido (B)	 16.406	 27.615
Relação da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	11,29	5,99

20 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		Valor contábil			Valor Justo
		Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	
31 de dezembro 2016	Nota			Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Outros investimentos	10	1.610	-	-	1.610
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	2.970	-	2.970
Contas a receber e outros recebíveis	11	-	7.616	-	7.616
Total		-	10.586	-	10.586
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Empréstimos e financiamentos (*)	15	-	-	179.136	179.136
Fornecedores e outras contas a pagar	14	-	-	5.926	5.926
Total		-	-	185.062	185.062

		Valor contábil			Valor Justo
		Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	
31 de dezembro 2015	Nota			Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Aplicações financeiras	9	392	-	-	392
Outros investimentos	10	731	-	-	731
Total		1.123	-	-	1.123
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	559	-	559
Outros investimentos	10	-	731	-	731
Contas a receber e outros recebíveis	11	-	9.846	-	9.846
Total		-	11.136	-	11.136
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Empréstimos e financiamentos (*)	15	-	-	156.701	156.701
Fornecedores e outras contas a pagar	14	-	-	7.300	7.300
Total		-	-	164.001	164.001

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

b. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2016.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento.

Como principal mitigador do risco de crédito no contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando o controle sobre os recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	9	2.970	951
Outros investimentos	10	1.610	731
Contas a receber e outros créditos (*)	11	7.528	9.829
Total		12.108	11.511
Ativo circulante		12.101	11.504
Ativo não circulante		7	7

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente aos adiantamentos.

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes na data das demonstrações financeiras foram as seguintes:

	2016	2015
A vencer	5.438	5.774
Vencidos de 1 a 30 dias	1.953	2.154
Vencidos de 31 a 90 dias	458	713
Vencidos de 91 a 120 dias	70	114
Vencidos de 121 a 180 dias	124	261
Acima de 180 dias	7.420	7.016
Total	15.463	16.032

Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa.

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

Saldo em 1º de janeiro de 2015	5.163
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	3.210
Valores baixados	(1.925)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.448
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	2.696
Valores baixados	(938)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.206

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é relacionada a vários clientes usuários dos serviços prestados de água e esgoto. A Companhia até 31 de dezembro de 2015 constituía como provisão os títulos vencidos a mais de 360 dias e títulos renegociados não recebidos, bem como percentual médio de inadimplência estimado sobre cada categoria que compõe o contas a receber vencido até 360 dias.

Em 2016, a Companhia, com base em sua avaliação de risco de crédito de recebimento e mudança do cenário econômico brasileiro, entende que se faz

necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber corrente em atraso acima de 180 dias, que indica que os clientes não devem pagar seus saldos bem como sobre os títulos renegociados cujos acordos não foram cumpridos.

A Companhia também constituiu provisão complementar para contas a receber corrente e renegociações a vencer e vencidos há menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem fatura (s) inserida (s) na provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa.

Desta forma, a composição da provisão por perdas ao valor recuperável é a seguinte:

	2016
Provisão de títulos vencidos acima de 180 dias	7.420
Provisão sobre títulos a vencer e vencidos até 180 dias	786
Total	8.206

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição a risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2016	2015
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	14	5.789	7.127
Empréstimos e financiamentos (**)	15	179.136	156.701
Total		184.925	163.828
Passivo circulante		169.105	144.253
Passivo não circulante		15.820	19.575

(*) Não foi considerado o montante de outras contas a pagar referente adiantamentos.

(**) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 159.402, principalmente em virtude de conta corrente no montante de R\$ 32.489 a pagar para a controladora Iguá Saneamento S.A. e de nota promissória e capital de giro, empréstimos pontes, no montante de R\$ 105.662 e R\$ 21.065, respectivamente em 31 de dezembro de 2016, cuja liquidação depende de aprovação de recurso de longo prazo por agente financiador. Conforme nota explicativa nº 28 - eventos

subsequentes, a Companhia firmou aditivo com a instituição financeira prorrogando o vencimento do saldo devedor do capital de giro e emitiu debêntures de longo prazo para liquidação das notas promissórias.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2016	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 95 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	5.789	5.789	5.789	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	179.136	185.171	165.642	5.229	4.695	2.811	2.613	4.181

31 de dezembro de 2015	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 107 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	7.127	7.127	7.127	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	156.701	167.048	142.716	5.441	5.022	4.535	2.709	6.625

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e a TJLP.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Ativos financeiros	Nota	2016	2015
Aplicações financeiras	9	-	392
Outros investimentos	10	1.610	731

Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	15	146.526	124.429

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme

as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2016	Risco	Cenários					
			Provável		Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos Financeiros								
Outros investimentos	1.610	CDI	11,23	181	14,04	226	16,85	271
Passivos financeiros								
BNDES - partes relacionadas	(19.799)	TJLP	7,50	(1.485)	9,38	(1.857)	11,25	(2.227)
Cédula de crédito	(21.065)	CDI	11,80	(2.486)	14,75	(3.107)	17,70	(3.729)
Nota promissória	(105.662)	CDI	11,80	(12.468)	14,75	(15.585)	17,70	(18.702)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	(144.916)			(16.258)		(20.323)		(24.387)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						(4.065)		(8.129)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2016	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos Financeiros								
Outros investimentos	1.610	CDI	11,23	181	8,42	136	5,61	90
Passivos financeiros								
BNDES - partes relacionadas	(19.799)	TJLP	7,50	(1.485)	5,62	(1.113)	3,75	(742)
Cédula de crédito	(21.065)	CDI	11,80	(2.486)	8,85	(1.864)	5,90	(1.243)
Nota promissória	(105.662)	CDI	11,80	(12.468)	8,85	(9.352)	5,90	(6.234)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	(144.916)			(16.258)		(12.193)		(8.129)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						4.065		8.129

Fontes: a informação CDI da TJLP foi extraída do Focus - Relatório de Mercado divulgado pelo BACEN, na data-base do último dia útil de dezembro de 2016.

(v) Risco de preço

A presente estrutura tarifária cobrada aos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

21 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja política contábil na nota explicativa 7 (d).

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Paranaguá Saneamento S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social						
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	18.144	13.862	-	-	4.282	1.773
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.036	292	-	-	744	87
Custo de transação de empréstimos	-	-	476	530	54	58
Imobilizado líquido - contratos de concessão	-	-	852	859	7	(67)
Direitos a faturar	-	-	1.016	1.086	70	28
Ágio sobre aquisições (b)	-	-	10.632	11.003	371	371
Provisão para contingências	90	51	-	-	39	(53)
Outras provisões	300	127	-	-	173	28
	19.570	14.332	12.976	13.478	5.740	2.225
Compensação (*)	(12.976)	(13.478)	(12.976)	(13.478)	-	-
Total líquido	6.594	854	-	-	5.740	2.225

- (a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais acumulados, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para compensação de tais perdas.

- (*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Reconciliação da taxa efetiva

	2016	2015
Resultado do exercício antes dos impostos	(16.949)	(6.571)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	5.763	2.234

Ajuste do imposto de renda e contribuição social

Despesas não dedutíveis	(9)	(4)
Outras	(14)	(5)
Imposto diferido	5.740	2.225
Alíquota efetiva	34%	34%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

22 Receita operacional líquida

Veja política contábil na nota explicativa 7 (a).

	2016	2015
Saneamento	56.387	52.453
Construção	13.926	13.522
Serviços	2.889	2.609
Abatimentos e cancelamentos	(1.837)	(1.644)
Impostos sobre serviços	(5.421)	(4.941)
Total	65.944	61.999

23 Custos e despesas por natureza

Custos dos serviços prestados	2016	2015
Custo de construção	(13.926)	(13.309)
Depreciação e amortização	(8.082)	(8.634)
Materiais diretos	(5.704)	(5.001)
Custos com pessoal	(3.939)	(3.836)
Materiais indiretos	(4.132)	(3.604)
Crédito de Pis e Cofins	988	1.146
Total	(34.795)	(33.238)

Despesas comerciais	2016	2015
Despesa com pessoal	(2.041)	(1.483)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.758)	(1.285)
Outras despesas comerciais	(121)	(400)
Depreciação e amortização	(129)	(133)
Total	(4.049)	(3.301)

Despesas administrativas e gerais	2016	2015
Serviços contratados	(5.984)	(5.197)
Despesas com pessoal	(5.380)	(5.083)
Outras despesas	(2.283)	(2.826)
Depreciação e amortização	(1.482)	(1.274)
Total	(15.129)	(14.380)

24 Despesas financeiras líquidas

Veja política contábil na nota explicativa 7 (c).

Receitas financeiras	2016	2015
Juros sobre contas a receber de clientes	1.384	1.473
Juros de aplicações financeiras e outros investimentos	280	77
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	5	63
Descontos obtidos	4	34
Outras receitas financeiras	3	-
Total	1.676	1.647
 Despesas financeiras		
Juros de empréstimos e financiamentos	(27.979)	(17.285)
Outras despesas financeiras	(2.618)	(2.321)
Total	(30.597)	(19.606)
 Despesas financeiras líquidas	(28.921)	(17.959)

25 Partes relacionadas

a. Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A., onde são consolidadas estas demonstrações financeiras.

b. Remuneração de pessoal chave da administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados nas rubricas "Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas e gerais".

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2016	2015
Remuneração da diretoria	1.029	688
Participação nos lucros e resultados	504	80
Encargos Sociais	307	154
Benefícios diretos e indiretos	28	13
Total	1.868	935

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

c. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Circulante	Ativo		Passivo		Resultado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber	(Nota 11)	(Nota 11)	(Nota 14)	(Nota 14)		
Iguá Saneamento S.A.						
- Contrato de assistência técnica	(a)	-	-	230	234	(2.669)
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(b)	-	-	-	45	(443)
Galvão Engenharia S.A. - em recuperação judicial						
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(b)	-	-	-	278	-
- Contrato de engenharia	(c)	-	-	-	-	(308)
Repasso de recursos e custos com serviços compartilhados	(d)	107	81	424	585	274
Total		107	81	654	1.142	(2.810)
Em empréstimos e financiamentos			(Nota 15)	(Nota 15)		
Conta corrente	(e)	-	-	32.489	32.050	-
Financiamento - BNDES	(f)	-	-	3.999	3.956	(1.960)
Total		-	-	36.488	36.006	(1.960)
Não circulante						
Em empréstimos e financiamentos			(Nota 15)	(Nota 15)		
Financiamento - BNDES	(f)	-	-	15.800	19.453	-

- (a) Contrato de assistência técnica entre a Companhia e sua controladora Iguá Saneamento S.A. com vigência até o término do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2016, o prazo remanescente é de 29 anos e as parcelas mensais a serem pagas equivalem a 5% da receita.
- (b) Refere-se a repasses de recursos em virtude de estrutura administrativa compartilhada entre a Companhia e a controladora Iguá Saneamento S.A., a serem pagos em parcelas mensais fixas de R\$ 35.
- (c) Refere-se ao contrato particular de engenharia, construção das obras civis, fornecimento e montagem entre a Companhia e a Galvão Engenharia S.A. (em recuperação judicial). O valor global do contrato totaliza R\$ 168.085. Em 31 de dezembro de 2015 o montante acumulado do período contabilizado por meio de medição de contrato físico e financeiro é de R\$ 308 registrados como custo dos contratos de construção. Em 12 de maio de 2015 a Companhia assinou o termo de distrato e encerrou de pleno direito o presente contrato outorgando em caráter irrevogável e irretroatável, a mais ampla, completa, rasa, geral, recíproca e definitiva quitação quanto a todos os direitos e obrigações assumidos por força deste contrato.
- (d) Repasse com gastos alocados temporariamente entre as partes relacionadas para prestação de serviços administrativos (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais (engenheiros), cuja mensuração é efetuada mediante rateio de tempo despendido.
- (e) Refere-se ao contrato de conta corrente entre a Companhia e sua controladora Iguá Saneamento S.A., no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credora e devedora, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.
- (f) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 15.

26 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são as seguintes:

	2016	2015
Seguro garantia	47.290	45.074
Patrimonial (riscos diversos + equipamentos)	34.946	35.606
Risco de Engenharia	7.131	-
Responsabilidade civil	500	500
Total	89.867	81.180

27 Compromissos

a. Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a 4% da receita líquida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 2.326 (R\$ 2.139 em 31 de dezembro de 2015) referente ao direito de outorga variável.

b. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia até 31 de dezembro de 2016 está se empenhando para cumprir com os investimentos mínimos necessários referente aos compromissos contratuais, incluindo metas, que conforme mencionado na nota explicativa nº 1 dependem de recursos financeiros.

c. Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

28 Eventos subsequentes

Conclusão do acordo de investimento

Em 17 de novembro de 2016 a controladora firmou Acordo de Investimento que, entre outras obrigações, estabeleceu a contribuição das ações detidas pela Galvão Participações S.A. (em recuperação judicial) a um Fundo de Investimento em Participações e a reestruturação da dívida do Grupo com instituições financeiras.

Em 20 de julho de 2017, foram concluídos todos os atos do fechamento previstos no Acordo de Investimento. Desta forma, conforme Assembleia Geral Extraordinária, a controladora (i) passou a ter a denominação social Iguá Saneamento S.A., (ii) aumentouseu capital social no montante de R\$ 255.915, mediante emissão de 69.169.768 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas através de aporte em moeda corrente no montante de R\$ 70.000 e por meio de crédito detido

pela Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia proveniente da conversão de dívidas da controladora no montante de R\$ 185.915, que passa a controlar a Iguá Saneamento S.A.. Desta forma, a composição do capital social da controladora passa a ser a seguinte:

	Participação
Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	84,18%
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	15,82%
Total	100,00%

Aditivos aos contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures

Após a conclusão do acordo de investimento em 20 de julho de 2017, ficam efetivadas:

A Companhia: (i) celebrou em 19 de maio de 2017 termo de aditamento ao capital de giro junto ao Itaú Unibanco S.A., prorrogando o vencimento da dívida para pagamentos intermediários de juros limitados a R\$ 500 a se realizar em 21 de maio de 2018 e 21 de novembro de 2018 e liquidação do saldo devedor total em 21 de maio de 2019 e, alterando a garantia que passa a ser prestada pela controladora Iguá Saneamento S.A. na qualidade de co-devedora da dívida, passando a responder solidariamente por todas as obrigações assumidas; (ii) emitiu cédula de crédito ponte junto ao Banco Bradesco S.A. em 04 de julho de 2017 no montante de R\$ 24.500, pelo prazo de 62 dias e juros remuneratórios de 100% do CDI; e (iii) em 04 de setembro de 2017, emitiu 140.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, valor nominal de R\$ 1, totalizando R\$ 140.000, com prazo de vencimento em 2025, carência de 3 anos para o principal e de 2 anos para a remuneração, juros de 100% do CDI acrescido de spread de 3%. Os recursos líquidos captados foram utilizados para pagamento das notas promissórias bem como da célula de crédito bancário emitidas pela controlada.

Descumprimento de cláusulas contratuais (“covenants”)

Em 30 de abril de 2017, a Companhia descumpriu a cláusula contratual (“covenants”) em contrato de financiamento junto ao BNDES, XVI – Apresentar ao BNDES, durante o período de vigência do presente contrato, até 30 de abril de cada ano, suas demonstrações financeiras completas anuais relativas ao exercício anterior, auditadas por auditores externos independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e como consequência, todos os contratos de financiamento com BNDES do Grupo deixaram de atender o Capítulo IX – do inadimplimento e das penalidades artigo 39 das disposições aplicáveis aos contratos do BNDES, obtendo em 18 de agosto de 2017 o *waiver* por parte do credor, que autorizou o recebimento das demonstrações financeiras em prazo diverso ao originalmente contratado.

* * *

Composição da Diretoria

Presidente do Grupo

Otávio Ferreira da Silveira

Vice – Presidente do Grupo

Gustavo Fernandes Guimarães

Conselho da Companhia

Gustavo Fernandes Guimarães
Cyrille Pierre Marie Joseph Brunotte
Jean Paul Cabral Veiga da Rocha

Diretoria da Companhia

Antonio Hércules Neto
José Mauro da Silva Cajueiro

Diretor de controladoria do Grupo

Denilson de Paula Gonzaga

Contador

Patrícia Hirano Diz
CRC/SP nº SP-265232/O-9